

## COMUNICADO

Em conformidade com a Lei Complementar nº 846, de 04-6-1998

Balço Patrimonial - Hospital Geral de Pirajussara - SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina

## SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Hospital Geral de Pirajussara

CNPJ: 61.699.567/0004-35

Nota de Administração



Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, estamos publicando as Demonstrações Contábeis Individuais da Unidade Gerenciada: **Hospital Geral de Pirajussara**. As Atas de Reuniões com o Parecer sobre a aprovação das contas e demonstrativos contábeis emitidos pelo Conselho Fiscal da SPDM, Assembleia Geral de Associados da SPDM e Parecer de Auditoria Independente, serão publicados em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM, até 30 de abril de 2023. São Paulo, 28 de fevereiro de 2023. **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira** - Diretor-Presidente da SPDM.

Demonstrações Contábeis Comparativo dos Balanços Patrimoniais Exercícios encerrados em 31 de dezembro 2022 e 2021 - Valores em Reais			Comparativo das Demonstrações dos Resultados dos Períodos Exercícios encerrados em 31 de dezembro 2022 e 2021		
Ativo	2022	2021	Passivo	2022	2021
<b>Ativo Circulante</b>	<b>198.035.126,44</b>	<b>170.159.470,04</b>	<b>Passivo Circulante</b>	<b>207.665.405,08</b>	<b>180.504.400,45</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 3.1)	3.294.282,76	205.015,19	Fornecedores	9.117.307,69	7.777.635,13
Caixa	-	-	Fornecedores (nota 3.9)	9.117.307,69	7.777.635,13
Bancos conta movimento (nota 3.1)	2.871,33	1.056,00	Serviços de Terceiros	6.914.657,96	6.642.257,37
Aplicações Financeiras (nota 3.2)	3.291.411,43	203.959,19	Serviços de Terceiros P. Jurídica (nota 3.10)	6.914.657,96	6.642.257,37
<b>Clientes e outros recebíveis</b>	<b>190.850.394,90</b>	<b>167.107.338,91</b>	<b>Serviços próprios</b>	<b>18.240.462,97</b>	<b>16.665.159,75</b>
Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo (nota 3.3.1)	173.793.516,00	149.926.800,00	Salários a pagar (nota 3.11)	4.667.081,56	4.349.011,04
Valores em Negociação	-	-	Contribuições a recolher (nota 3.12)	1.264.583,96	1.168.750,09
- Contrato Convênio (nota 3.3.2)	17.056.878,90	17.180.538,91	Provisão de férias (nota 3.13)	9.161.148,71	8.506.928,06
<b>Outros Créditos Saúde (nota 3.4)</b>	<b>428.961,42</b>	<b>405.627,68</b>	Provisão de FGTS sobre férias	732.034,03	679.827,45
Adiantamento SPDM	85.897,28	-	Provisão para 13º salário	-	-
Antecipações salariais	18.202,76	17.401,75	Provisão FGTS sobre 13º salário	-	-
Antecipação de férias (nota 3.4.1)	316.232,98	328.883,59	Provisão de despesas c/quitadas	-	-
Outros créditos e adiantamentos	576,06	-	Empréstimo a funcionário	-	-
Valores Transitáveis	8.052,34	-	Lei 10.820/03 (nota 3.14)	281.791,07	255.330,22
Depósito judicial	-	59.342,34	Impostos a recolher (nota 3.15)	2.074.303,25	1.651.392,57
<b>Despesas Antecipadas Saúde</b>	<b>13.846,70</b>	<b>9.663,84</b>	Acordo Trabalhista a pagar	47.666,67	42.858,68
Despesas Pagas Antecipadamente (nota 3.5)	13.846,70	9.663,84	Benefícios	11.853,72	11.061,64
<b>Estoques Saúde (nota 3.6)</b>	<b>3.447.640,66</b>	<b>2.431.824,42</b>	<b>Tributos</b>	<b>412.295,13</b>	<b>360.745,16</b>
Estoques (nota 3.6)	2.771.830,70	2.416.753,57	Obrigações Tributárias (nota 3.16)	412.295,13	360.745,16
Operações com Materiais de Terceiros (nota 3.6.1)	664.756,34	-	<b>Contas a Pagar/Valores de Terceiros</b>	<b>172.980.681,33</b>	<b>149.058.603,04</b>
Empréstimos de Materiais a Terceiros (nota 3.6.1)	11.053,62	15.070,85	Outras contas a pagar (nota 3.17)	277.102,73	308.776,49
<b>Ativo não Circulante</b>	<b>420.411.083,60</b>	<b>592.460.553,61</b>	Recebimento de materiais de terceiros (nota 3.18)	-	42.298,47
Contratos/Convênios Públicos a Receber (nota 3.7)	413.419.784,00	587.213.300,00	Outros valores de terceiros (nota 3.18)	-	96.451,49
Depósito Judicial (nota 3.7.1)	21.687,04	-	Convênios/Contratos públicos a realizar (nota 3.19)	171.575.820,94	148.520.644,93
<b>Ativo Imobilizado</b>	<b>6.969.612,56</b>	<b>5.242.159,85</b>	Estrutura SPDM	87.157,32	90.431,66
Imobilizado - Bens de Terceiros	27.593.963,20	33.413.110,54	Provisão Despesa Processos Cíveis Operações c/ Mat. Terceiros	375.844,00	-
Ajuste Vida Útil Econômica Bens Terceiros (nota 3.8.1)	(20.624.350,64)	(28.170.950,69)	<b>Passivo não Circulante</b>	<b>422.671.836,85</b>	<b>593.882.995,08</b>
<b>Intangível - Bens de Terceiros</b>	<b>-</b>	<b>5.093,76</b>	<b>Não Circulante - Saúde</b>	<b>422.671.836,85</b>	<b>593.882.995,08</b>
Intangível de Terceiros (nota 3.8)	652.313,00	652.313,00	<b>Recursos Convênios em Execução - Saúde</b>	<b>420.389.396,56</b>	<b>592.460.553,61</b>
Ajuste Vida Útil Econôm. Intangível Terceiros (nota 3.8.1)	(652.313,00)	(647.219,24)	Imobilizado - Bens de terceiros	28.246.276,20	34.065.423,54
<b>Total do Ativo</b>	<b>618.446.210,04</b>	<b>762.620.023,65</b>	Ajustes vida útil econômica - Bens de terceiros	-21.276.663,64	-28.818.169,93
<b>Demonstração Mutações de Patrimônio Líquido Exercícios encerrados em 31 de dezembro - Valores em Reais</b>			<b>Superávit/Déficit Acumulado</b>		
<b>Descrição</b>	<b>Nota</b>	<b>Patrimônio social</b>	<b>Reavaliação</b>	<b>Ajuste de Exercícios Anteriores</b>	<b>Saldo</b>
<b>Saldo 31/12/2020</b>	<b>5)</b>	-	-	<b>(11.767.371,88)</b>	<b>(11.767.371,88)</b>
Incorporação ao Patrimônio Social	-	-	-	-	-
Realização de Avaliação Patrimonial Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-
Transferência para o Patrimônio	-	-	-	-	-
Transferências Recebidas	-	-	-	-	-
Transferências Enviadas	-	-	-	-	-
Realização do APP	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	<b>11.767.371,88</b>	<b>(11.767.371,88)</b>
Superávit/(Déficit) do Exercício	-	-	-	-	-
<b>Saldo 31/12/2021</b>	<b>5)</b>	-	-	<b>(11.767.371,88)</b>	<b>(11.767.371,88)</b>
Incorporação ao Patrimônio Social	-	-	-	-	-
Realização de Avaliação Patrimonial Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-
Transferência para o Patrimônio	-	-	-	-	-
Transferências Recebidas	-	-	-	-	-
Transferências Enviadas	-	-	-	-	-
Realização do APP	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	<b>(123.660,01)</b>	<b>(123.660,01)</b>
Superávit/(Déficit) do Exercício	-	-	-	-	-
<b>Saldo 31/12/2022</b>	<b>5)</b>	-	-	<b>(123.660,01)</b>	<b>(11.891.031,89)</b>
<b>Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios encerrados em 31 de dezembro - Valores em Reais</b>			<b>Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado Exercícios encerrados em 31 de dezembro - Valores em Reais</b>		
<b>Descrição</b>	<b>dez/22</b>	<b>dez/21</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	
Fluxos de caixa das atividades operacionais	-	-	<b>1 - Receitas</b>	<b>197.639.952,65</b>	<b>181.054.817,20</b>
Superávit/Déficit do exercício/período	-	-	1.1) Prestação de serviços	167.882.593,56	152.411.542,54
Ajustes p/ conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais	-	-	1.2) Subvenções e outras receitas operacionais	-	-
Depreciação e amortização	-	-	1.3) Outras Receitas	554.549,45	1.655.607,69
Resultado na venda/baixas de ativos imobilizado	-	-	1.4) Isenção usufruída sobre contribuições	29.202.809,64	26.987.666,97
Ajuste nas contas do Patrimônio Líquido	(123.660,01)	-	<b>2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS e IPI)</b>	<b>68.791.450,98</b>	<b>62.413.242,53</b>
Variações nos ativos e passivos	-	-	2.1) Custos das mercadorias utilizadas nas prestações d	21.712.545,37	22.029.066,02
<b>Ajustes p/ conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais</b>	<b>4.811.626,52</b>	<b>(1.909.184,24)</b>	2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outro	45.538.482,58	38.669.945,77
<b>Variações nos ativos e passivos</b>	<b>150.001.256,37</b>	<b>(623.801.804,23)</b>	2.3) Perda / Recuperação de valores ativos	573.644,94	473.730,99
(Aumento) Redução em contas a receber	(393.358,37)	(397.436,23)	2.4) Outros	966.778,09	1.240.499,75
(Aumento) Redução em estoques	1.612.073,15	4.405.917,53	<b>3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)</b>	<b>128.848.501,67</b>	<b>118.641.574,67</b>
(Aumento) Redução em fornecedores	(148.007.043,57)	618.202.048,03	<b>4 - Retenções</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
(Aumento) Redução em contas a pagar e provisões	1.722.358,95	(317.909,34)	4.1) Depreciação, amortização e exaustão	-	-
(Aumento) Redução de Bens de Terceiros	-	-	<b>5 - Valor Adicionado Líquido</b>	<b>128.848.501,67</b>	<b>118.641.574,67</b>
<b>Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais</b>	<b>4.811.626,52</b>	<b>(1.909.184,24)</b>	<b>6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>	<b>1.832,06</b>	<b>409,73</b>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	-	-	6.1) Receitas financeiras	1.832,06	409,73
(-) Aquisições de imobilizado	-	-	<b>7 - Valor Adicionado Total (5+6)</b>	<b>128.850.333,73</b>	<b>118.641.984,40</b>
(-) Adição de Bens de Terceiros	(1.722.358,95)	317.909,34	<b>8 - Distribuição do Valor Adicionado</b>	<b>128.850.333,73</b>	<b>118.641.984,40</b>
(-) Adição de bens intangíveis	-	-	8.1) Pessoal e encargos	96.504.683,32	88.130.349,84
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos	-	-	8.2) Impostos, taxas e contribuições	15.381,62	9.993,69
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	-	-	8.3) Juros	74.431,64	1.377,15
Captação de Empréstimos e financiamentos	-	-	8.4) Aluguéis	3.053.027,51	2.586.792,96
(-) Pagamentos de Empréstimos e financiamentos	-	-	8.5) Isenção usufruída sobre contribuições	29.202.809,64	26.987.666,97
Juros pagos por empréstimos	-	-	8.6) Outras despesas financeiras	-	925.803,79
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos	-	-	8.7) Superávit/Déficit do período	-	-
<b>Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>3.089.267,57</b>	<b>(1.591.274,90)</b>	atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, atua na área da assistência social e promove formação e treinamento na área da saúde entre outros. <b>Características da unidade gerenciada:</b> O Hospital Geral de Pirajussara, de agora em diante, denominado HGP, atendeu a uma antiga reivindicação da comunidade local, e foi inaugurado em 25 de janeiro de 1999. O mesmo é fruto de uma parceria entre a SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina e a SES - Secretaria de Estado da Saúde, do Governo do Estado de São Paulo, na modalidade de Contrato de Gestão, firmado em ambas as partes nos termos da Convocação Pública realizada por meio da Resolução SS-70, de 11 de agosto de 2016. Essas parcerias foram inspiradas em modelo europeu e São Paulo foi o pioneiro no País. Ao longo dos anos, as áreas de atuação foram ampliadas e atualmente totalizam 32 especialidades, além de banco de sangue, departamento específico para diagnóstico de doenças enfermarias de internação, e exames por imagem, incluindo tomografia e mamografia. A unidade é gerenciada através do instrumento de Contrato de Gestão Nº SES-PRC-2021/32595, celebrado em 30/11/2021, com vigência de 01/12/2021 a 01/12/2026. Sendo repassados no ano de 2022 os valores relativos aos seguintes Termos Aditivos: - <b>T.A. 01/2022</b> tem por objeto o repasse de recursos financeiros de Custeio com readequação e ajuste de metas assistenciais para ampliação assistencial dos serviços de Cardiologia no período de maio a dezembro de 2022 no <b>Hospital Geral de Pirajussara</b> , no valor de: R\$10.477.578,56. - <b>T.A. 02/2022</b> tem por objeto a realização do Projeto Especial Corujão Cirurgias Eletivas nos meses de maio a dezembro de 2022, no <b>Hospital Geral de Pirajussara</b> , no valor de R\$ 511.400,00; -		
<b>Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2022 e 2021</b>					
<b>Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados nas Demonstrações Financeiras.</b> A Entidade, <b>SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina</b> é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública estadual e no município de sua sede, respectivamente pelos decretos nos 40.103 de 17/05/1962 e 8.911, de 30/07/1970. A diretriz primordial da Associação é sua inserção no sistema de saúde direcionada ao tratamento, prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. Com o crescimento Institucional, a SPDM vem expandindo sua área de atuação com projetos, em desenvolvimento, na área da Assistência Social e na área Educacional. Toda essa gama de atividades consolida, cada vez mais, a SPDM como uma instituição filantrópica de grande porte, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. Assim, a SPDM contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde do Brasil, visando principalmente garantir a universalidade e as oportunidades de acesso à saúde, necessárias ao desenvolvimento humano e social do cidadão. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com					

continua

▶**continuação** sinados digitalmente com certificado digital, a fim de garantir a autoria, autenticidade, integridade e validade jurídica do documento digital.

**2.2 - Nome empresarial, endereço e CNPJ da unidade gerenciada:** SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Geral de Pirajussara - Av. Ibirama, nº 1.214 - Vila Pirajussara. Taboão da Serra - SP CEP 06785-300 - CNPJ n.º 61.699.567/0004-35.

**3 - Principais práticas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações:** Em todas as suas unidades os registros contábeis são realizados da maneira estabelecida pela matriz e são acatadas todas suas orientações. Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabelece a norma ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros. O plano de contas adotado atende aos requisitos da Lei 11.638/2007. Segundo o manual do CFC, o plano de contas consiste em um conjunto de títulos, apresentados de forma coordenada e sistematizada, previamente definidos, nele traduzida a estrutura das contas a serem utilizadas de maneira uniforme para representar o estado patrimonial da entidade, e de suas variações, em um determinado período. Nesse sentido a função e o funcionamento das contas serão utilizados conforme a codificação do plano de contas.

**3.1-Caixa e equivalentes de caixa:** Os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias. Os recursos financeiros disponíveis para a unidade gerenciada são mantidos em conta corrente bancária oficial e representam em 31.12.2022 o montante é de R\$ 3.294.282,76.

	Saldo em R\$ 31/12/2022	Saldo em R\$ 31/12/2021
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>3.294.282,76</b>	<b>2.051.015,19</b>
Caixa e Saldos em Bancos	2.871,33	1.056,00
Aplicação Financeira de Curto Prazo	3.291.411,43	203.959,19
<b>Total de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>3.294.282,76</b>	<b>2.051.015,19</b>

Os recursos financeiros são controlados de acordo com a sua natureza (custeio e/ou investimento), permitindo a identificação por tipo de verba (municipal, estadual ou federal), assim como sua origem (identificação do instrumento contratual celebrado).

**Distribuição dos Recursos Financeiros - Por Natureza, Tipo de Verba e Origem dos Recursos**

	Saldo em R\$ 31.12.2022	Saldo em R\$ 31.12.2021
<b>Custeio - Recurso Estadual</b>	<b>667.353,20</b>	<b>2.269,92</b>
CG SES-PRC-2021/32595	667.353,20	2.269,92
<b>Investimento - Recurso Estadual</b>	<b>2.513.554,49</b>	-
T.A 04/22 CG SES-PRC-2021/32595	1.864.511,57	-
T.A 06/22 CG SES-PRC-2021/32595	548.266,84	-
T.A 04/20 CG 001.0500.000033/2016	100.776,08	-
<b>Investimento - Recurso Federal</b>	<b>113.375,07</b>	<b>202.745,27</b>
T.A 04/21 CG Nº 001.0500.000033/2016	113.375,07	202.745,27
<b>Total de Recursos Disponíveis</b>	<b>3.294.282,76</b>	<b>205.015,19</b>

**3.2-Aplicações financeiras:** As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, com base no regime de competência. As aplicações são referenciadas como sendo com restrição uma vez que os valores se encontram aplicados por força de convênios e contratos de gestão cujo rendimento reverte em favor do contratante e não da SPDM.

Instituição	Tipo de Aplicação	Rentabilidade % no Mês	Saldo em R\$ 31/12/2022
Banco do Brasil	CDB/RDB	0,96%	R\$ 3.284.162,33
Banco Bradesco	CDB/FIXA	5%	R\$ 7.249,10
<b>Total</b>			<b>R\$ 3.291.411,43</b>

**3.3-Contas a receber:** A prática contábil adotada é pelo regime de competência para registro das mutações patrimoniais. Conforme NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais e ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros a Entidade passou a constituir provisionamentos e outros valores a receber referentes às execuções de seus contratos de gestão, convênios e outros tipos de Assistências Governamentais para que quando do reconhecimento no resultado, não traga desequilíbrio entre receitas e despesas provisionadas.

**3.3.1 - Valores a receber:** Os valores registrados nesta conta em 2022, representam valores a receber de curto prazo, relativos ao Contrato de Gestão origem nº SES-PRC-2021/32595, proveniente da Secretaria de Saúde do Estado, que totalizaram o montante de R\$

173.793.516,00 (Cento e setenta e três milhões, setecentos e noventa e três mil, quinhentos e dezesseis reais).

**3.3.2 - Valores em negociação Contrato/Convênio:** Por conta da adoção na Norma NBC - ITG 2002 (R1) Entidade sem Finalidade de Lucros, os valores a receber e a realizar provenientes dos contratos de gestão ou convênios são registrados em contas de ativo e passivos correspondentes. Os resultados provenientes da aplicação desses recursos são totalmente revertidos em despesas, e consequentemente, tais despesas decorrentes dos serviços de saúde podem exceder o orçamento inicial, de modo que o desequilíbrio econômico da unidade gerenciada seja reconhecido em conta de ativo para melhor evidência contábil. A instituição avalia anualmente a expectativa de recuperação de tais valores, considerando a necessidade de repactuar o plano de trabalho da unidade gerenciada, de modo a considerar possíveis baixas ou amortizações decorrentes do resultado deficitário desses projetos. Em 31 de dezembro de 2022 a instituição optou em reconhecer em conta específica de Patrimônio Líquido o montante de R\$ 123.660,01. (Cento e vinte e três mil, seiscentos e sessenta reais, e um centavo), relativos a valores mantidos em exercícios anteriores e provenientes de contratos/convênios públicos encerrados até 31.12.2012, que resultaram em resultado operacional deficitário no período de 2012 a 2016, e o seu saldo em 31/12/2022 foi de R\$ 17.056.878,90. (Cento e dezessete milhões, cinquenta e seis mil, oitocentos e setenta e oito reais, e noventa centavos).

**3.4 - Outros créditos:** São as contas a receber que não se enquadram nos grupos de contas anteriores, sendo contas a curto prazo, normalmente não relacionadas com o objeto principal da instituição.

**3.4.1 - Antecipação de férias:** A instituição efetua antecipação de férias conforme prevê a legislação Trabalhista (CLT), em seus artigos: Art. 145 - O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono referido. No Art. 143 - serão efetuados até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período, cujo o saldo em 31/12/2022 é de R\$ 316.232,98.

**3.5 - Despesas pagas antecipadamente:** Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil de Continuidade. Os valores segurados são definidos em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso, o saldo em 31.12.2022 é de R\$ 13.846,70.

**3.6 - Estoques:** Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios, equipamentos de proteção e materiais de terceiros até a data do balanço. O valor total escriturado em estoques no exercício de 2022 é de R\$ 3.447.640,66.

	Valores em Reais 31.12.2022	31.12.2021
<b>Total</b>	<b>3.447.640,66</b>	<b>2.416.753,57</b>

**3.6.1 - Materiais de terceiros em nosso poder:** Os materiais de terceiros são mantidos nos estoques de maneira segregada, com controle interno específico e integram o rol de itens de terceiros em nosso poder, para atendimento emergencial dos serviços de saúde.

**3.7 - Valores a receber - (Ativo não circulante):** Os valores registrados nesta conta representam valores a receber de longo prazo, no exercício, cujo saldo em 31/12/2022 é de R\$ 413.419.784,00, que corresponde aos valores a receber, referente ao contrato de gestão nº SES-PRC-2021/32595.

**3.7.1 - Depósitos judiciais:** O respectivo saldo representa R\$ 21.687,04 em 31.12.2022 e referem-se ao saldo de depósitos judiciais realizados pela unidade gerenciada, da qual são pertinentes as ações cíveis e trabalhistas, onde, tendo em vista que as respectivas ações não foram julgadas em última instância, a unidade mantém o depósito judicial, que será levantado após o trânsito em julgado da ação, vale ressaltar que a unidade mantém contrato com consultoria jurídica, da qual os mesmos nos mantem informados sobre o Status das ações judiciais, trimestralmente.

**3.8 - Imobilizado - Bens de terceiros:** Os bens móveis do Hospital Geral de Pirajussara é composto por bens de terceiros os quais são classificados de modo a atender a legislação atual. Os bens de terceiros são fruto de aquisição realizada com recursos de contratos de gestão para os quais possuímos documentos de cessão de uso. Os ativos passaram a estar distribuídos da seguinte forma:

**Demonstrativo da Movimentação do Imobilizado em 2022**

Descrição	Posição em 31/12/2021			Posição em 31/12/2022		
	31/12/2021	Aquisição	Baixa	31/12/2022		%
<b>Imobilizado-Bens de Terceiros</b>	<b>34.065.423,54</b>	<b>2.959.908,42</b>	<b>8.779.055,76</b>	<b>28.246.276,20</b>		
<b>Bens Móveis</b>	<b>33.413.110,54</b>	<b>2.959.908,42</b>	<b>8.779.055,76</b>	<b>27.593.963,20</b>		
Apar. Equip. Utens. Med. Odont. Lab.	24.796.666,65	2.579.502,48	5.755.075,83	21.621.093,30		
Equip. Processamento de Dados	2.614.585,87	23.638,60	1.640.811,51	997.412,96		
Mobiliário em Geral	2.860.218,96	14.043,25	723.581,35	2.150.680,86		
Máq. Utens e Equip. Diversos.	844.287,97	228.619,32	62.094,10	1.010.813,19		
Veículos de Tração Mecânica	124.814,97	-	914,32	123.900,65		
Aparelhos de Medição	94.269,53	-	10.508,00	83.761,53		
Apar e Equip. Comunicação	68.440,54	-	16.699,40	51.741,14		
Apar e Utens Domésticos	957.947,12	3.789,80	127.525,50	834.211,42		
Máq. e Equip. de Natureza Indl.	493.987,72	6.000,00	390.621,75	109.365,97		
Máquinas e Equip. Energéticos	96.955,70	102.359,87	-	199.315,57		
Máquinas e Equip. Gráficos	19.379,00	-	19.127,00	252,00		
Equip. p/Áudio Vídeo e Foto	146.566,62	1.955,10	22.047,00	126.474,72		
Máquinas e Utens. de Escritório	11.098,14	-	6.610,00	4.488,14		
Máq. Ferram e Utens de Oficina.	117.732,30	-	3.440,00	114.292,30		
Outros Materiais Permanentes	166.159,45	-	-	166.159,45		
<b>Intangível Bens de Terceiros</b>	<b>652.313,00</b>	-	-	<b>652.313,00</b>		
Software	652.313,00	-	-	652.313,00		
<b>Total Imobilizado - Terceiros</b>	<b>34.065.423,54</b>	<b>2.959.908,42</b>	<b>8.779.055,76</b>	<b>28.246.276,20</b>		
Ajuste Vida útil de Bens de Terceiros	(28.818.169,93)	8.779.055,76	1.237.549,47	(21.276.663,64)		%
<b>Bens Móveis</b>	<b>(28.170.950,69)</b>	<b>8.779.055,76</b>	<b>1.232.455,71</b>	<b>(20.624.350,64)</b>		10
Apar Equip. Utens Med Odont. Lab.	(20.931.760,63)	5.755.075,83	920.749,04	(16.097.433,84)		10
Equip. Processamento de Dados	(2.472.061,70)	1.640.811,51	68.643,42	(899.893,61)		20
Mobiliário em Geral	(2.276.659,05)	723.581,35	137.931,89	(1.691.009,59)		10
Máq. Utens e Equip. Diversos	(699.873,95)	62.094,10	29.699,85	(667.479,70)		10
Veículos de Tração Mecânica	(118.694,97)	914,32	-	(117.780,65)		20
Aparelhos de Medição	(83.124,89)	10.508,00	2.465,52	(75.082,41)		10
Apar e Equip. Comunicação	(56.880,01)	16.699,40	2.570,52	(42.751,13)		10
Apar e Utens Domésticos	(664.053,11)	127.525,50	35.790,29	(572.317,90)		10
Máq. e Equip. de Natureza Indl	(394.937,05)	390.621,75	18.830,00	(23.145,30)		10
Máquinas e Equip. Energéticos	(96.955,70)	-	853,00	(97.808,70)		10
Máquinas e Equip. Gráficos	(19.379,00)	19.127,00	-	(252,00)		10
Equip. p/Áudio Vídeo e Foto	(138.056,38)	22.047,00	1.867,86	(117.877,24)		10
Máquinas e Utens de Escritório	(8.007,32)	6.610,00	513,24	(1.910,56)		10
Máq. Ferram e Utens de Oficina	(60.682,93)	3.440,00	7.316,04	(64.558,97)		10
Outros Materiais Permanentes	(149.824,00)	-	5.225,04	(155.049,04)		10
<b>Ajustes Software</b>	<b>(647.219,24)</b>	-	<b>5.093,76</b>	<b>(652.313,00)</b>		<b>20</b>
Software	(647.219,24)	-	5.093,76	(652.313,00)		20
<b>Ajuste Vida útil de Bens de Terceiros</b>	<b>(28.818.169,93)</b>	<b>8.779.055,76</b>	<b>1.237.549,47</b>	<b>(21.276.663,64)</b>		

**3.8.1 - Ajuste vida útil econômica - Bens Móveis:** A instituição efetua o ajuste do tempo de vida útil dos bens de terceiros, de propriedade do contratante, através do método linear e utilizando as taxas anuais divulgadas em nota explicativa (3.8 Imobilizado), de modo a demonstrar o valor residual dos bens de terceiros. Os softwares são amortizados pelo tempo de vida útil estimado.

**3.9 Fornecedores:** As obrigações com fornecedores são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor de notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais, medicamentos e demais itens de consumo. O prazo médio de pagamento dos fornecedores é de aproximadamente 90 dias. O montante contabilizado em 31.12.2022 foi de R\$ 9.117.307,69.

**3.10 - Serviços de terceiros:** Estas obrigações representam a contratação de serviços de terceiros pessoa física e jurídica pela instituição, em sua grande parte relacionados a contratos de prestação de serviços médicos e não-médicos, tais como: serviços prestados de utilidade pública, assessoria técnica e jurídica. O montante contabilizado em 31.12.2022 foi de R\$ 6.914.657,96.

**3.11 - Salários a pagar:** De acordo com o artigo 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A instituição efetua o pagamento mensalmente das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência.

**3.12 - Contribuições a recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS e FGTS, e demais contribuições sociais sindicalistas.

**3.13 - Provisões de férias e encargos:** Foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.

**3.14 - Empréstimos a funcionários:** A Lei 10.820, de 17.12.2003, beneficiou os trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), permitindo o desconto das parcelas relativas a empréstimos, financiamentos e operações de leasing

prazo representa a quantia de R\$ 413.419.784,00 (Quatrocentos e treze milhões, quatrocentos e dezenove mil, setecentos e oitenta e quatro reais).

**3.20 - Estimativas contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, os mesmos foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas.

**3.20.1 - Contingências passivas:** Os conceitos aplicados para fins de constituição de Contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na NBC TG 25 (R2) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Para tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente (provável); ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (remota). Para eventos onde a classificação é provável há uma obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos e neste caso a provisão é constituída ou reconhecida contabilmente. Para eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que pode, mas provavelmente não irá requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida para o passivo contingente. Caso seja remota, há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota. Em virtude da característica de prestadora de serviços na área hospitalar, as unidades da SPDM por vezes são acionadas em ações cíveis. Tais ações têm por origem, independente do mérito, tanto casos de supostos erros médicos, indenizatórias, quanto processos administrativos e cobranças propostas por fornecedores. Para processos onde a possibilidade de perda em 31.12.2022 era tida como provável, foi constituída a provisão nas contas de passivo. O montante para o mesmo tipo de ação cível, onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o valor apurado foi de R\$ 20.291.858,18. Ainda, no exercício de suas atividades de prestadora de serviços, em 2022, a SPDM acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. Aquelas cuja probabilidade de perda era tida como "provável" se encontram devidamente provisionadas no balanço (Passivo) na rubrica de Contingências Trabalhistas. Para ações onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o montante chegou a R\$ 3.286.827,30. Em atendimento ao Princípio do Conservadorismo (Prudência) as contingências ativas não devem ser contabilizadas enquanto não estiver efetivamente assegurada a sua obtenção em decisão final para a qual não caibam mais quaisquer recursos. Mesmo nas situações em que a probabilidade seja favorável, isto não é suficiente para dar base ao reconhecimento do ganho contingente, uma vez que esta não assegura uma decisão final favorável à instituição.

	SPDM - Hospital Geral de Pirajussara			
	Passivas	Trabalhista	Cível	Tributária
Provável	-	-	2.282.440,29	-
Possível	3.286.827,30	-	20.291.858,18	-
Remota	-	-	1.050.000,00	-

**4 - Origens e aplicação dos recursos:** As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes, entre eles, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais.

**4.1 - Das receitas operacionais:** Os recursos públicos obtidos através de contratos de gestão ou convênios é de uso restrito para custeio e/ou investimento das atividades operacionais. As receitas operacionais da instituição são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais, Item 12, onde a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, sempre levando em consideração a Prevalência da Essência sobre a Forma, no reconhecimento de contratos ou convênios.

**4.1.1 - Rendimentos sobre aplicação financeira - Receitas financeiras com restrição:** Os recursos provenientes de convênios e contratos públicos, são eventualmente mantidos em conta de aplicação financeira, enquanto não utilizados para o custeio da unidade gerenciada. Os rendimentos sobre aplicações financeiras são reconhecidos como Receitas Financeiras no Resultado da Entidade, e transferidos para a conta de Passivo denominada "Convênios/Contratos Públicos a Realizar", em conformidade com o Item 29 da NBC TG 07 (R2) Subvenção e Assistência Governamental. Em 2022 tais valores representam o montante de R\$ 301.215,59.

**4.2 - Custos e despesas operacionais:** Os custos e despesas operacionais estão relacionados aos setores produtivos da instituição e foram classificados levando em consideração a estrutura do sistema de custos da SPDM. As despesas operacionais estão relacionadas aos valores referentes aos setores administrativos e de apoio à instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM.

**4.3 - Doações:** Eventualmente a entidade recebe doações tanto de pessoas físicas quanto de pessoas jurídicas, as quais utilizam no desenvolvimento de suas atividades. Durante o exercício de 2022 a Instituição recebeu em doações um total de R\$ 189.961,00, doações estas que são pertinentes a bens permanentes (equipamentos médicos) e mercadorias de estoques. Sendo parte deste valor, o montante de R\$ 76.882,22 referente a doações para o enfrentamento do COVID-19, tais como testes rápidos para detecção do coronavírus, com a finalidade de combater e promover a prevenção e proteção dos seus colaboradores e pacientes no combate à pandemia do COVID-19.

**4.4 - Auxílios, subvenções e/ou convênios públicos:** São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais, na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditadas diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2022, a Associação recebeu Assistências Governamentais Estaduais conforme quadro abaixo:

CNPJ nº	Origem dos Recursos	Natureza e Tipo de Verba	Valor Global (R\$)
61.699.567/0004-35	Termo Aditivo nº 01/22 - Contrato de Gestão n.SES-PRC-2021/32595	Custeio - Verba Estadual	10.477.578,56
	Termo Aditivo nº 02/22 - Contrato de Gestão n.SES-PRC-2021/32595	Custeio - Verba Estadual	511.400,00
	Termo Aditivo nº 03/22 - Contrato de Gestão n.SES-PRC-2021/32595	Descontos custeio - Verba Estadual	- 106.178,20
	Termo Aditivo nº 04/22 - Contrato de Gestão n.SES-PRC-2021/32595	Investimento - Verba Estadual	2.292.742,33
	Termo Aditivo nº 05/22 - Contrato de Gestão n.SES-PRC-2021/32595	Custeio - Verba Estadual	3.000.000,00
	Termo Aditivo nº 06/22 - Contrato de Gestão n.SES-PRC-2021/32595	Investimento - Verba Estadual	548.266,84
	Contrato de gestão nº SES-PRC-2021/32595	Custeio - Verba Estadual	149.926.800,00
			<b>166.650.609,53</b>

**5 - Patrimônio líquido:** Conforme esclarecido em balanços anteriores, de acordo com apurado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2.012, e descrito em notas explicativas dos anos, a SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelece a norma NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de

continua

► **continuação** gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece a Norma ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros, que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero". Em 31 de dezembro de 2022 a instituição optou em reconhecer em conta específica de Patrimônio Líquido o montante de R\$ 123.660,01 (Cem mil, duzentos e vinte e três, seiscentos e sessenta reais, e um centavo), na conta 2.3.2.1.002 - Ajustes de Exercícios Anteriores. E na conta 2.3.2.1.001 - Superávit/(Déficit) o saldo foi de R\$ 11.767.371,88 referente a resultados deficitários de exercícios anteriores, que por entender que tais valores não possuem expectativa de recebimento, cabendo a unidade gerenciada reconhecer tal perda decorrente de exercícios anteriores a 31.12.2012. **6 - Resultado operacional - Subvenção:** Em face à adoção da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais, a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições desta norma (Item 12). Portanto, a apuração do resultado do exercício reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido representa "zero". A apuração do resultado, se não aplicada a norma, seria composto de Receitas obtidas através dos contratos e convênios públicos na ordem de R\$ 166.650.609,53; acrescidos de Outras Receitas na ordem de R\$ 857.597,10; e deduzidas das Despesas e Custos Operacionais na ordem de R\$ 168.425.924,82; encerrando o exercício com um resultado deficitário no valor de R\$ (917.718,19). **6.1 Nota de ênfase ao resultado:** Contribuíram substancialmente para este desequilíbrio financeiro, o dissídio anual em várias categorias, dentre elas, o Sindicatos dos Médicos, fisioterapeutas, e enfermagem, e o Sindicatos de Saúde de Osasco e Região - Administrativos, que chegaram ao acréscimo de 10,42%. E a escalada inflacionária na área da saúde, com índices de inflação adotados pelos fornecedores e prestadores de serviços ao aplicarem os reajustes em materiais, medicamentos, prestação de serviço e contratos acima do previsto quando da assinatura do contrato de gestão do Hospital. Também contribuiu para este desequilíbrio, o descompasso entre o reajuste aplicado no orçamento para o exercício de 2022, na ordem de 7%, retornando ao valor do orçamento válido para o exercício de 2020, em conjunto com a retomada das metas de produção também de 2020, desconsiderando a mudança do perfil do hospital durante a pandemia de COVID-19, quando equipes e especialidades foram extintas ou transferidas para outras unidades locais, e havendo a neces-

#### 8 - Relatório de execução do contrato de gestão:

##### Relatório de Execução do Contrato de Gestão - 2022

Linha de Contratação	1º Semestre		2º Semestre		Total	
	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado
<b>Internações</b>						
Saída Hospitalar - TOTAL	6.240	5.934	6.420	6.542	12.660	12.476
Saída Hospitalar - (Exceto Cl. Cirúrgica)	3.470	3.627	3.630	3.746	7.100	7.373
Saída Hospitalar - Cl. Cirúrgica	2.770	2.307	2.790	2.796	5.560	5.103
<b>HD/CIR. Ambulatorial - Total</b>	1.650	1.153	1.650	1.560	3.300	2.713
<b>Pronto Socorro/Pronto Atendimento (Urgência/Emergência)</b>						
Consulta de urgência	13.200	14.373	13.200	13.620	26.400	27.993
<b>Atendimento Ambulatorial - Total</b>	50.406	37.235	50.406	46.128	100.812	83.363
Consulta médica - TOTAL	40.800	25.390	40.800	30.856	81.600	56.246
Atendimento não médico - TOTAL	9.606	11.845	9.606	15.272	19.212	27.117
<b>SADT Externo - Total</b>	24.632	20.222	24.792	24.066	49.424	44.288

#### 8.1 - Relatório de execução orçamentária:

##### Relatório de Execução Orçamentária - 2022

Receitas	Custeio	Investimento
<b>Repasse Contrato de Gestão/Convênio</b>	163.809.600,36	R\$ 2.841.009,17
<b>Receitas Financeiras</b>	301.215,59	-
<b>Outras Receitas</b>	446.351,20	-
<b>Total De Receitas</b>	<b>164.557.167,15</b>	<b>2.841.009,17</b>
Despesas	Custeio	Investimento
<b>Despesas Com Pessoal</b>	94.910.194,49	-
<b>Serviços De Terceiros</b>	40.240.338,97	467.234,50
<b>Materiais E Medicamentos</b>	20.722.504,68	-
<b>Outras Despesas</b>	7.968.636,11	-
<b>Total De Despesas</b>	<b>163.841.674,25</b>	<b>467.234,50</b>

**9 - Contribuições sociais:** A Instituição teve o seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-Saúde), deferido conforme Portaria SAS/MS nº 1.893, de 07 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 08/12/2016, com validade de 01/01/2015 à 31/12/2017, fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento das Contribuições Sociais, relativas a Cota Patronal e Outra Entidades

sidade de reestruturação dos atendimentos para cumprimento das metas. **7 - Das Disposições da Lei 12.101 e Portaria 834/16 MS e Lei Complementar 187 de 2021:** Por ser Entidade Filantrópica com atividade preponderante na área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido na Lei Complementar 187/2021, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. I - prestar serviços ao SUS; II - prestar serviços gratuitos; III - atuar na promoção à saúde; IV - ser de reconhecida excelência e realizar projetos de apoio ao desenvolvimento institucional do SUS; e ainda (Artigo 9º): I - celebrar contrato, convênio ou instrumento congênere com o gestor do SUS; e II - comprovar, anualmente, a prestação de seus serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), com base nas internações e nos atendimentos ambulatoriais realizados. Podendo ainda (§ 3º para fins do disposto no § 2º deste artigo), no conjunto de estabelecimentos de saúde da pessoa jurídica, poderá ser incorporado estabelecimento vinculado em decorrência de contrato de gestão, no limite de 10% (dez por cento) dos seus serviços. A entidade de saúde, deverá informar obrigatoriamente, na forma estabelecida em regulamento (Artigo 10º): I - a totalidade das internações e dos atendimentos ambulatoriais realizados para os pacientes não usuários do SUS; e II - a totalidade das internações e dos atendimentos ambulatoriais realizados para os pacientes usuários do SUS. O Hospital Geral de Pirajussara apresentou a seguinte produção em 2022:

Produção - 2022		Datusus
<b>Linha de Atendimento</b>		
<b>Internações</b>		
Saída Hospitalar		12.997
Nº de paciente dia		6.419
Nº de Cirurgias		8.700
Nº de Partos		2.945
<b>Diárias de UTI - Total</b>		<b>10.109</b>
<b>Internação/Atendimento Domiciliar</b>		<b>12.829</b>
<b>Pronto Socorro/Pronto Atendimento (Urgência/Emergência)</b>		
Consulta/atendimento de urgência (PS/PA)		34.549
<b>Atendimento Ambulatorial - Total</b>		
Consulta médica		55.797
Atendimento não médico		51.387
HD/Cirurgia ambulatorial		6.419
<b>SADT - Total</b>		<b>3.255.641</b>

(Terceiros). Em 30 de outubro de 2017, a Entidade protocolou, tempestivamente, junto ao Ministério da Saúde, o seu requerimento de renovação para o período de 01/01/2018 a 31/12/2020, conforme processo SIPAR nº 25000.463598/2017-21, o qual ainda aguarda deferimento pelo Ministério. Em 15 de dezembro de 2020, a Entidade protocolou, tempestivamente, o seu requerimento de renovação para o período de 01/01/2021 a 31/12/2023, conforme processo SIPAR nº 25000.177286/2020-01, o qual aguarda, também, o deferimento pelo Ministério da Saúde. Em 16 de dezembro de 2021, foi publicado no diário oficial da União a Lei Complementar nº 187, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes. Em face da transição para a Lei complementar, a Portaria 834 de 26/04/2016 apesar de vigente não faz menção a tal lei, assim como, se tem uma ausência de uma nova portaria até a presente data. Entretanto, no intuito de minimizar possíveis riscos, a Entidade vem cumprindo com o estabelecido na portaria 834/16 a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAUDE) e traz, em seu artigo 30, a obrigatoriedade de constar na Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso VIII alínea "d"), e nas Notas Explicativas, o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso IX alínea "d"). Por se tratar de uma Entidade Beneficente de Assistência Social, portadora do

CEBAS- Saúde, a SPDM possui isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas relativas às atividades próprias, conforme disposto no artigo 14, Inciso X, da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001. A partir do exercício de 2.019, com o êxito da ação referente ao reconhecimento da imunidade tributária com relação ao recolhimento do PIS, a Entidade passou a reconhecer em sua Demonstração do Resultado (DRE), o valor do benefício fiscal usufruído referente ao PIS sobre a folha de pagamento. Desta forma, para continuar cumprindo o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE as isenções usufruídas (COFINS, PIS sobre a folha de pagamento e INSS Patronal sobre a folha de pagamentos sobre serviços próprios e de terceiros Pessoa Física). Os montantes das isenções e as contribuições usufruídas durante o exercício de 2022 se encontram registrados em conta específica de receita e totalizou R\$ 29.202.809,64 (Vinte e nove milhões, duzentos e dois mil, oitocentos e nove reais, sessenta e quatro centavos). **9.1 - Isenção da contribuição previdenciária patronal sobre a folha de pagamento de empregados:** Conforme descrito no item 9 - Contribuições Sociais, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei complementar 187/2021, a Entidade usufruiu no exercício de 2022, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica no montante de **R\$ 23.223.672,09 (Vinte e três milhões, duzentos e vinte e três mil, seiscentos e setenta e dois reais, e nove centavos)**. Em 2021, a referida isenção, que também se encontra registrado em conta específica de receita, totalizou **R\$ 21.543.062,24 (Vinte e um milhão, quinhentos e quarenta e três, sessenta e dois mil, e vinte e quatro centavos)**. **9.2 - Isenção da contribuição previdenciária patronal, sobre a folha de pagamento de terceiros:** Conforme descrito no item 9 - Contribuições Sociais, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei complementar 187/2021, a entidade usufruiu no exercício de 2022, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de terceiros a qual também se encontra registrada em conta específica de receitas no montante de **R\$ 128.560,52 (Cento e vinte e oito mil, quinhentos e sessenta reais, e cinquenta e dois centavos)**. Em 2021 o referido valor de receita totalizou **R\$ 97.151,05 (Noventa e sete mil, cento e cinquenta e um reais, e cinco centavos)**. **9.3 - Isenção da contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS):** A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2022 foi de **R\$ 5.007.756,61 (Cinco milhões e sete mil, setecentos e cinquenta e seis reais, e sessenta e um centavos)**. Tomando-se por base os recursos recebidos em 2021, esse montante foi de **4.572.346,29 (Quatro milhões, quinhentos e setenta e dois, trezentos e quarenta e seis mil, e vinte e nove centavos)**. **9.4 - Isenção sobre contribuição ao programa de integração Social (PIS):** A Entidade usufruiu da isenção da Programa Integração Social (PIS) sobre a folha no ano de 2022 o valor de **R\$ 842.820,42 (Oitocentos e quarenta e dois mil, oitocentos e vinte reais, e quarenta e dois centavos)**. Em 2021 o valor referido de receita totalizou em **R\$ R\$ 775.107,39 (Setecentos e setenta e cinco mil, cento e sete reais, e trinta e nove centavos)**. **10 - Trabalho voluntário:** Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 (R1) encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outro de prestadores de serviços voluntariado. Para o cálculo da remuneração que seria devida, a Entidade toma por base o número de horas, o de Conselheiros e o tempo dedicado à atividade por cada um. Tomando como base o valor médio da hora multiplicado pelo número de horas chegou-se ao montante devido no mês, o qual foi dividido de maneira simples pelo número de unidades ativas no período. Para os demais trabalhos voluntários a valorização é feita pelo valor da hora da categoria a que pertence o voluntário. Em 2022, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 2.215,21; enquanto os outros trabalhos voluntários totalizaram R\$ 10.835,04. Em 2021, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 1.908,86; enquanto os outros trabalhos voluntários totalizaram R\$ 34.009,92. **11 - Exercício social:** Conforme estabelece o art. 41 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Taboão da Serra, 31 de dezembro de 2022.

**Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira** - Diretor Presidente da SPDM

**Sandra Mirian Bertolini Turati** - Diretora Técnica

**Janaina Viana Ribeiro** - Contadora CRC 1SP-314455/O-4

##### Relatório dos Auditores Independentes

**Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (Hospital Geral de Pirajussara) que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis,

tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 31 de março de 2023. **Audisa Auditores Associados - CRC/SP 25P 024298/O-3. Ivan Roberto dos Santos Pinto Júnior** - Contador CRC/RS 058.252/O-1 - CVM 7.710/04 - CNAI-RS-718.